

Intervenção de Joaquim Magalhães Mota na Assembleia da República (Lisboa, 11 Abril 1985)

Caption: A 11 de Abril de 1985, aquando dos debates na Assembleia da República sobre a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, o deputado Joaquim Jorge Magalhães Mota, membro da Acção Social Democrata Independente (ASDI), insiste nos aspectos positivos da adesão para o futuro do país.

Source: Diário da Assembleia da República. 12.04.1985, n° 68 (III Legislatura, 2a Sessão legislativa). Lisboa: Assembleia da República. <http://debates.parlamento.pt/diary.aspx?cid=r3.dar>.

Copyright: Debates Parlamentares / Assembleia da República

URL:

http://www.cvce.eu/obj/intervencao_de_joaquim_magalhaes_mota_na_assembleia_da_republica_lisboa_11_abril_1985-pt-71f07fd8-0d15-4c8e-a047-a52fdafc3c0e.html

Publication date: 06/09/2012

Intervenção de Joaquim Magalhães Mota na Assembleia da República (Lisboa, 11 Abril 1985)

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Várias seriam as atitudes possíveis perante este debate.

Poderíamos aqui reproduzir a tese, já de algum modo causticada pela manhã, segundo a qual a adesão representa para nós, subitamente, por milagre ou por osmose, a resolução de todos os nossos problemas.

Poderíamos, pelo contrário, dizer que ela representa o fim das nossas ilusões e da nossa realidade e identidade nacionais.

Poderíamos também assumir uma outra atitude típica: a do proprietário rural alentejano ou ribatejano dos anos 40, que aqui trouxesse a adesão à CEE à laia da espanhola de Badajoz recém-conquistada!

Poderíamos também optar por outras atitudes, pelo caminho das citações, da evolução do pensamento ao longo destes anos e lembrar como, por exemplo, em 26 de Janeiro de 1980, o actual Presidente da CIP, Dr. Ferraz da Costa explicou que não foram apenas considerações económicas que nos levaram, aos industriais, a apoiar o processo de adesão à CEE. «Os industriais viram essa opção como uma espécie de seguro contra todos os riscos políticos», cito.

Poderíamos também exigir que o Governo nos tivesse apresentado um «livro branco» sobre as negociações ou que tivesse optado por um debate nacional alargado. E teríamos até um bom precedente: o actual Primeiro-Ministro exigiu-o numa sessão da Assembleia da República em 1982!

Poderíamos dizer, inclusivamente, que a CEE pôs em causa o povoamento do País, que ele se despovoaria, que seria invadido pelas multinacionais e que outras tragédias ocorreriam. Também isto tem um antecedente: também foi o Dr. Mário Soares que o disse, em Dezembro de 1974!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não vou enveredar por aqui. E se isto digo é porque me pareceu preferível que seja eu a dizê-lo e que neste momento e neste lugar assumamos todos, corajosamente, a ideia de que não é um debate voltado para trás que nos importa mas sim um debate voltado para o futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Raul Proença, que lembrámos ainda este ano, falava-nos daquela espécie arrevesada que seria um patriotismo às arrecuas a entrar no futuro de costas voltadas. Não é isso que pretendemos nem que desejamos. Quando procuramos amarrar as pessoas àquilo que disseram nalgum momento da sua vida ou do seu pensamento, creio que estamos, de algum modo, a gelarmo-nos a ponto de nos não entendermos e que essa posição só é agravada quando da democracia nos reclamamos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, optarei por dar a minha resposta, com as minhas limitações, àquelas que são as questões, que tal como as vejo, coloco.

Em primeiro lugar, se se justifica ou não este debate. Responderei que sim, porque ele não encerra um processo mas é, antes, um começo de uma discussão ampla e participada, em que todos temos alguma coisa a dizer. Creio que desfasado da realidade e dos problemas reais com que nos defrontamos andaria um Parlamento que no momento imediatamente a seguir à concretização das negociações de adesão não tivesse sobre elas uma palavra a dizer.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, inclusivamente, poderei dizer neste momento e

neste lugar que a análise aprofundada dos dossiers, de cada um *de per si*, tem razão de ser essencial agora, quando da discussão da ratificação dos tratados. Direi que esse será o momento apropriado para que o Parlamento, para tomar posição em relação a essa ratificação ou não ratificação, queira conhecer, trabalhar e aprofundar cada um dos dossiers e sobre eles venha a exprimir a sua orientação global.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, poderemos dizer com alguma tranquilidade de espírito que a informação que possuímos é bastante.

O segundo problema que se nos coloca é o de saber se esta é ou não uma boa opção.

Gostaria de explicitar um pouco mais o meu raciocínio e colocar lado a lado as várias alternativas que têm sido, clara ou veladamente, invocadas e começar por invocar uma razão de estranheza.

Creio que esta Assembleia é um bom exemplo de que vários de nós temos, em diversas ocasiões, em diversos momentos, ao longo destes anos, exprimido, de uma ou de outra forma, a nossa preocupação pela situação portuguesa, muito concretamente pela situação económica e financeira portuguesa. E assim sendo, se essa é uma preocupação conjunta expressa ao longo de anos por parte de todas as bancadas, não creio que seja perfeitamente coerente raciocinarmos face à adesão como se, ao contrário de todas essas críticas e de todas essas afirmações, passássemos a considerar que a situação portuguesa é, afinal, a melhor possível, a ideal, e que todos os problemas estão neste momento ou resolvidos ou em vias de resolução. Sabemos que infelizmente não é assim! E sendo esse o ponto de partida, então interessa ver quais seriam as opções colocadas.

Em primeiro lugar, elas foram as de outras possíveis ligações com os Estados Unidos, com o Extremo Oriente, no Atlântico em relação aos novos países de expressão portuguesa e possivelmente também com o Brasil, sozinhos... Creio que não valerá muito a pena estarmos a gastar demasiado do tempo de que dispomos a apreciar cada uma das três primeiras situações. Nem com o Japão e com o Extremo Oriente, nem com os Estados Unidos, nem com os novos países de expressão portuguesa as nossas trocas comerciais, as nossas relações económicas têm a dimensão e a importância que têm as nossas relações com a Europa.

De experiências solitárias, do pensar que podíamos viver sozinhos, creio que estamos fartos! Julgo que nem as soluções de desenvolvimento isolado têm na história económica contemporânea algum modelo similar com a nossa dimensão – especialmente com a nossa dimensão de mercado –, com a nossa posição geográfica e com os nossos recursos próprios. Mesmo para aqueles que acreditam ou que podem acreditar que se nos fechássemos no território nacional, que se a nossa indústria pudesse continuar a gozar de uma protecção não limitada por compromissos internacionais, que os factores de retrocesso ou de estagnação poderiam manter-se ou mesmo proliferar, que a estrutura actual pudesse dispor de um clima favorável, creio que só poderiam acreditar nisso se as nossas exportações pudessem continuar. E esse «se» talvez resolva esta equação – esse é, pelo menos, o meu pensamento –, porque creio que esta tentativa de tentar consagrar uma pseudo-independência se traduziria por novas dependências e certamente por dependências muito mais graves.

Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, creio que não é apenas pela via negativa que a adesão se explica. As nossas relações comerciais são fundamentalmente travadas com a Europa.

Para a CEE vão mais de 50 % das nossas exportações e vêm de lá quase 40 % das nossas importações. O investimento estrangeiro, os movimentos financeiros, as transferências de tecnologia são, fundamentalmente, uma troca em relação à Europa. E, quando se fala que a opção europeia é de índole e cariz vincadamente capitalistas, creio que isso é necessariamente uma ofensa em relação ao milhão e meio dos nossos emigrantes que se espalharam pela Europa nas condições mais difíceis que muitos de nós já terão encontrado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que, isolados e bisonhos, ficaríamos reduzidos a uma miséria carpideira e essa miséria carpideira seria – como há pouco frisei – apenas um prefácio a novas dependências. Por isso, também creio que, mais do que todas as ligações passadas e presentes, é, fundamentalmente, uma ligação de futuro aquela que nos importa na adesão europeia.

Uma outra possibilidade discutida é a de saber se não deveríamos ficar pelo Tratado de 1972 ou irmos progressivamente melhorando a nossa situação interna para depois, então, tratarmos da adesão. Creio que qualquer destas duas opções continua a partir do princípio – embora diga isto entre parêntesis – de que vivemos isolados no mundo. E bastará pensar que as soluções seriam radicalmente diferentes para qualquer dos pensadores desta tese se, por acaso, a Espanha tivesse aderido e nós não. Como seria então essa possibilidade? Para além disso, estar exclusivamente a pensar no Tratado de 1972 equivale a desconhecer que na própria negociação de 1972 se previu uma cláusula evolutiva que pressupunha maior integração; é ignorar que nos acordos de 1972 só não se caminhou decididamente para a adesão porque razões políticas a tornavam impossível.

O Sr. Rogério Martins (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Creio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nem sequer é realista a possibilidade de melhorarmos primeiro – há pouco tive ocasião de dizer que me parecia impossível – para depois aderirmos. Inclusivamente, pergunto se não será preferível termos aderido e aproveitarmos o período de transição para essa melhoria. Se o que se pretende são esses resultados, então parece-me que a via escolhida é a melhor.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Outra questão que se nos coloca é necessariamente a de saber se a negociação foi boa ou má. Ora, essa discussão, para ser feita em moldes minimamente sérios, pressupunha um conhecimento que não temos de quais as posições negociais de partida. Só assim se sabe quais os avanços e os recuos conseguidos por cada uma das partes.

A avaliação sobre se a negociação foi boa ou má não tem padrão, porque a adesão grega processou-se numa conjuntura completamente diversa e porque, em comparação com a Espanha, a nossa realidade é também completamente diferente.

Para não partirmos do princípio tão caro ao Sr. Ministro das Finanças e do Plano, segundo o qual todas as negociações são más porque cada uma das partes tem sempre de ceder alguma coisa, teremos de nos interrogar face aos resultados obtidos e face ao conjunto desses resultados e das possibilidades que eles abrem para sabermos que hipóteses eles nos fornecem para podermos actuar.

Pela minha parte não negarei o elogio das várias equipas de negociação que ao longo dos anos se sucederam. E se é permitido a alguém que é particularmente exigente para com os seus amigos – e quem há-de ser exigente connosco senão os nossos amigos? –, se me é possível abrir uma excepção em relação a todos os negociadores, faria aqui um elogio muito simples, mas creio que muito merecido, ao actual Ministro das Finanças e do Plano.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Dr. Ernâni Lopes terá consagrado à problemática da adesão europeia os últimos 10 ou 11 anos da sua actividade, da sua vida. E se pude, de algum modo de peno, acompanhar essa actividade como embaixador em Bona, em Bruxelas e depois como ministro, creio que não ficará mal que, abstraindo dessa amizade pessoal, seja eu, desta tribuna, a dizer-lhe que os Portugueses lhe estarão certamente agradecidos pelos 10 anos que nos dedicou e que dedicou ao nosso futuro.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que na óptica em que me coloquei deixei clara uma resposta em relação a outra interrogação, que é a de saber se a adesão é um desafio ou um milagre. Encaro-a como desafio e creio que mal iríamos se o nosso tradicional sebastianismo agora se virasse não para os homens, mas para os tratados ou para as adesões que celebramos.

Referi que este debate deveria ser essencialmente voltado para o futuro. Todavia, não resisto à tentação de quebrar a regra que a mim próprio tracei para lembrar aquilo que eu próprio disse e escrevi, há mais de 12 anos, em relação aos acordos de 1972. Digo-o não com o orgulho por o ter dito, provavelmente muito mais com a mágoa de quem não conseguiu por si ou de quem não viu o seu País conseguir aquilo que então dizia. O que nessa altura disse foi que é a nossa capacidade de construção do futuro e do País que está em causa; ou aceitamos passivamente, por arrastamento, transformações inevitáveis, procurando minimizá-las ou convencer-nos de que talvez não seja bem assim, ou encaramo-las de frente com a coragem de quem procura «uma atitude aberta em face de um futuro aberto»; inquietação intelectual que procura converter-se em optimismo de acção; investigação que serve de traço de união entre a pluralidade dos possíveis – incluindo o que nós próprios viremos a ser – e a decisão única a tomar no momento presente.

A grande maioria dos desequilíbrios e tensões com que a sociedade portuguesa hoje se defronta são o resultado das transformações que não se previram, não se assumiram, nem se enfrentaram com a amplitude necessária.

Os novos acordos implicam a reconversão planeada de toda a economia nacional, tendo em conta os interesses dos empresários e dos consumidores, dos quadros e dos trabalhadores, tendo acima de tudo em conta o que o interesse nacional espera e exige.

«O futuro pertence à imaginação e à vontade.» Os acordos que saudamos têm de ser tomados tremendamente a sério, sem hesitações nem subterfúgios. A compreensão que agora encontrámos será, se não cumprirmos, exigência e certamente implacável.

Já muitas vezes se repetiu: é um desafio. Porém, os desafios do futuro ou são tomados em mão ou acabamos por a toda a volta ver as costuras rebentadas dos remendos colocados.

Começamos por negar a própria possibilidade do progresso, tentámos convencer-nos de que os encantos de uma vida no campo poderia superar a atracção de algum conforto, embora mínimo, e muito especialmente de melhor salário. Alimentámos a esperança de que tudo fossem «modas» fugazes e passageiras. Tentámos evitar o alcance das transformações ou atenuar-lhes os efeitos. Inventámos até que não valia a pena melhorar por os fenómenos serem de contestação global. Ficámos instalados e burgueses. Acreditamos na acção de conjuntura e na gestão quotidiana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que no momento em que a Assembleia da República debate a nossa adesão europeia talvez valha a pena pensar que ela também poderá ser uma forma daquilo que dizia um dos nossos pensadores: de um Portugal transportado no confronto com alheios espelhos, porque o encontro com os outros pode ser um verdadeiro encontro connosco.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS.